

VERISSIMO

Leituras

Os necrológios do recém-falecido historiador francês Jacques Le Goff destacaram que ele mudou a nossa maneira de ver a Idade Média. Medievalista emérito, Le Goff descobriu no período muito mais significados do que se imaginava e destruiu alguns clichês sacramentados sobre a época. A Idade Média não teria sido apenas uma ponte entre o miasma sulfúrico da Idade das Trevas e a Renascença, mas uma era de transformações importantes, assim na Terra como no Céu. É do Le Goff a tese de que o purgatório foi inventado para que quem praticasse a usura, que era pecado, não fosse

direto para o Inferno, mas tivesse a oportunidade de se regenerar no caminho e escapar da punição, o que representou um grande impulso para o nascente sistema bancário. Assim o capitalismo, que mudaria o mundo, começou mudando a cosmogonia cristã.

O que a gente estranha nessas reavaliações do passado é que a História se preste a tantas releituras. Imagina-se que o acontecido está acontecido e que seja impossível reinterpretar o que já se congelou como fato histórico. Na verdade, tudo é interpretação. O que acontece com o fato histórico é o mesmo que acontece com a lei, que não é uma para todos, mas para cada um de acordo com a sua leitura. Toda vez que, por exemplo, no Supremo há uma votação fragmentada, uma maioria derrotando uma minoria, isto significa que uma leitura da lei

subjugou outra leitura. Quando a questão é de constitucionalidade, a estranheza é maior: como pode uma interpretação da Constituição ser diferente de outra se a Constituição é a mesma? Há dias o ministro Joaquim Barbosa deu o único voto favorável ao julgamento do Azeredo e do mensalão tucano no Supremo — todos os outros ministros votaram contra. Azeredo será julgado pela Justiça do seu estado, se o crime pelo qual é acusado não prescrever antes. O voto do Barbosa foi exageradamente subjetivo, para evitar que acusassem o Supremo — como a Igreja mudando a configuração do além — de

Como pode uma interpretação da Constituição ser diferente de outra se a Constituição é a mesma?

adotar dois jogos de pesos e medidas, um para o PT e outro para os outros, ou sua leitura da lei foi a única correta?

O passado, já disse alguém, é uma terra estranha, cheia de surpresas para quem a visita. Reinterpretá-la é sempre uma aventura intelectual, como foi para Le Goff. A variedade de leituras das leis também pode ser positiva, quando não é assustadora. Todo o sistema de instâncias do Judiciário existe para que o subjetivismo não domine e deforme os julgamentos. Mas que a gente estranha, estranha.

PAPO VOVÓ

Lucinda, nossa neta de 6 anos, pediu para eu me inspirar — a palavra é dela — e inventar uma história para a qual ela já tem o título: “A batata assassina.” Estou aceitando sugestões. ●

Padrão federação

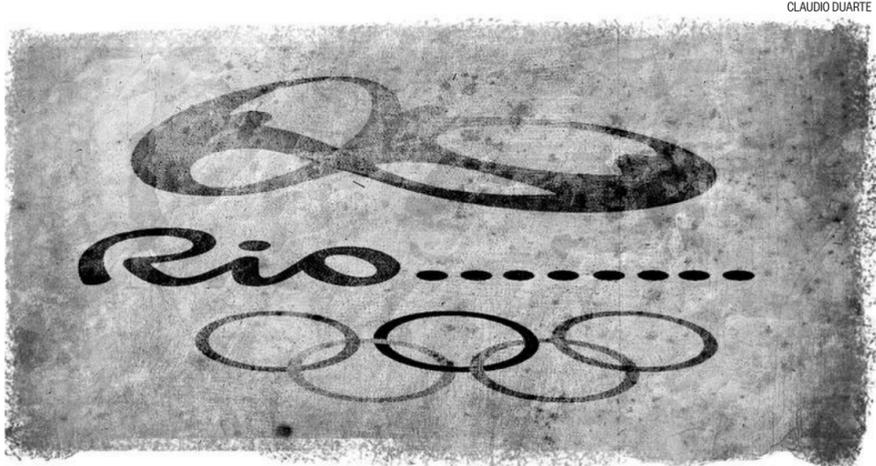
EDUARDO PAES

Quando se pensa em Olimpíadas e Paralimpíadas, a imagem que em geral vem à mente é a da festa do esporte internacional capaz de unir povos e culturas tão diferentes, vindos de todos os continentes, em busca de superação. Competições esportivas que, desde os primeiros Jogos na Grécia Antiga, desafiam homens a superar marcas sobre-humanas, ultrapassar limites físicos e transformar o impossível em realidade. Do fim do século XIX, quando têm início os Jogos Olímpicos da Era Moderna, até os dias de hoje, os torneios, os atletas e seus incríveis recordes passaram, no entanto, a dividir o protagonismo do evento com um personagem que vai ganhando cada vez mais importância: a cidade-sede.

Considerado como um dos Jogos mais bem-sucedidos de todos os tempos e modelo para os que se seguiram, o grande destaque das Olimpíadas de Barcelona em 1992 não foi o evento esportivo em si, mas a gigantesca transformação urbana decorrente dele. Desde o início do projeto olímpico catalão, o foco era claro: a cidade seria a grande estrela.

E isso me foi dito pessoalmente por Pasqual Maragall, prefeito de Barcelona à época dos Jogos, quando estive lá em 2009, logo depois de o Rio ser escolhido sede para 2016. “Há dois tipos de Jogos: os que se servem da cidade e os que servem à cidade”, disse ele. E Barcelona soube se servir muito bem das Olimpíadas para se reinventar. A Região Portuária, antes tomada por um parque industrial decadente e com uma linha férrea que impedia o encontro da população com o mar, foi completamente revitalizada. O Centro Histórico foi recuperado, novas vias criadas para integrar as diferentes regiões, e o sistema de metrô estendido. A superação — tão comum aos atletas — coube, desta vez, à cidade, que ganhou um incrível legado como medalha, dinamizando sua economia, tornando-se referência mundial em criatividade na implantação de políticas públicas e consagrando-se como um dos destinos mais visitados do planeta.

Outra importante lição de Maragall: “Faça o que tiver de ser feito, porque os Jogos não serão tirados de você.” Em outras palavras, às vezes, é preciso adequar o projeto em benefício da cidade e dos seus moradores. Barcelona privilegiou os investimentos em infraestrutura e nas melhorias de qualidade de vida da população. As



CLAUDIO DUARTE

As federações internacionais podem se acalmar. O Rio vai entregar a tempo e com excelência tudo com o que se comprometeu

instalações esportivas foram entregues, é claro, com a qualidade que se espera em quaisquer Olimpíadas, porém, o tamanho das arenas era o menor das edições dos 20 anos anteriores.

Adaptações do dossiê de candidatura fazem parte. Londres, por exemplo, dois anos antes do evento, desistiu da construção da arena para badminton e ginástica rítmica e transferiu as competições para um equipamento já existente bem distante do Parque Olímpico. Já Pequim, três anos antes, decidiu transferir as provas de hipismo para Hong Kong.

Nem sempre mudanças de projeto ou alterações de prazo são bem recebidas pelas federações desportivas internacionais. E é isso que vem acontecendo em relação às Olimpíadas do Rio. Uma gritaria de algumas federações em função da simplificação e adaptação de arenas. A Vila dos Atletas e o Parque Olímpico — os dois principais equipamentos de 2016 — estão em construção e dentro do prazo. E o melhor: pela primeira vez na história dos Jogos, quase sem consumir recursos públicos. Dos R\$ 5,6 bilhões que constam da Matriz de Responsabilidades até o momento para a construção das instalações olímpicas, 75% vêm de parcerias com a iniciativa privada. Além de economizar o dinheiro da população, a preocupação no Rio é com o re-

aproveitamento dos estádios depois da festa. A Arena de Handebol, por exemplo, vai virar quatro escolas públicas.

As federações internacionais podem se acalmar. O Rio vai entregar a tempo e com excelência tudo com o que se comprometeu. Inclusive, o Complexo Esportivo de Deodoro, cuja licitação será publicada esta semana. Mas é preciso entender que, cada vez mais, as Olimpíadas vêm deixando de ser um evento exclusivamente esportivo. O próprio Comitê Olímpico Internacional faz questão de reconhecer e valorizar o legado para a cidade-sede como o maior trunfo dos Jogos. Inclusive, a escolha do Rio numa disputa com cidades mais desenvolvidas — como Chicago, Tóquio e Madri — reforça essa visão.

Assim como aconteceu com Barcelona, o maior compromisso do Rio de Janeiro é com a cidade e seus moradores. O “Padrão federação” — que se costuma ver nas instalações esportivas e beneficia apenas uma pequena parte da população — está nas obras de infraestrutura, nossa prioridade. Todas já endereçadas e com recursos garantidos. A revitalização completa de área de cinco milhões de metros quadrados da Região do Porto. A extensão do metrô. A construção de mais de 120km de BRTs até os Jogos. A implantação do VLT no Centro. Projetos que não dizem respeito aos atletas ou cartolas, mas aos verdadeiros protagonistas de 2016: os cariocas. ●

Eduardo Paes é prefeito do Rio

A governança da internet pós-Snowden

JULIEN NOCETTI

Há tempos ignorada e considerada uma questão restrita a um pequeno grupo de especialistas, a governança da internet tornou-se, no ano passado, central nos debates nacionais e internacionais. É boa notícia, no momento em que os usos on-line se expandem via duplo impacto do desenvolvimento dos celulares conectados à web e do fluxo de novos usuários nos países emergentes. Essa fixação recente resulta também de uma incrível série de escândalos — as revelações de Edward Snowden, por exemplo — que afetam a confiança pública na internet. Em tal contexto, a opinião pública gradualmente toma conhecimento do fosso crescente entre o ecossistema digital, organizado e integrado globalmente, e nossas estruturas institucionais nacionais.

Nun nível global, a histórica administração da internet pelos EUA está sendo questionada com mais assertividade, tradicionalmente por regimes autoritários como os de China e Rússia, e mais recentemente pela Europa e grandes nações emergentes, como o Brasil. Esses governos consideram hipócrita boa parte da posição americana na política da rede: ao mesmo tempo em que prega a derrubada das “fronteiras digitais” que surgiram em alguns países, Washington vem gravando e explorando *big data* sem qualquer controle doméstico.

Em tal contexto politizado, parece crucial para os EUA controlar a narrativa sobre a governança global da internet. A recente decisão de Washington de globalizar o gerenciamento e a coordena-

ção de endereços na web (.com, .org, etc.) também revela que os EUA ainda têm a melhor mão no póquer global da internet — ao tomar a iniciativa justo antes da Netmundial, dias 23 e 24, em São Paulo, ultrapassa a Alemanha e o Brasil, países que têm sido os mais críticos dos programas de vigilância da NSA e que advogam uma mudança no atual sistema de governança da internet.

Estamos nos iludindo se pensarmos que a questão pode ser separada do jogo de poder político entre estados

Não obstante, reconhecemos que a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, tem sido bem-sucedida em abrir debates sobre pontos estabelecidos e em desafiar o status quo. Se a questão da governança da internet é uma boa oportunidade política para ela se tornar uma personalidade global, será particularmente interessante observar como o Brasil — com uma longa prática de “multissetorialismo”, embora com forte cibersegurança e preocupações de soberania digital — se posicionará nos próximos eventos internacionais, a começar pela Netmundial.

Estamos nos iludindo se pensarmos que a governança da internet pode ser separada do jogo de poder político entre os estados. Mas as revelações de Snowden também enfatizaram a dimensão estratégica da economia digital. Sua dominação pelo chamado oligopólio Gafa (Google-Apple-Facebook-Amazon) tem um papel central na reinvenção de um modelo competitivo de produção.

A economia digital americana está no centro da contenção da China e de seus campeões de TI e da web: Huawei, Lenovo ou Alibaba. Controlar a economia dos dados pessoais deverá se tornar uma parte substancial em termos de crescimento, mas também uma brecha potencial para a soberania e as liberdades, o que justifica a posição de Angela Merkel em favor de uma “internet europeia”.

Isto sublinha a importância do setor privado para a governança da internet: hoje os CEOs das maiores companhias da internet são recebidos no exterior como chefes de Estado. Estes mesmos atores reconhecem as fronteiras físicas de territórios disputados em suas plataformas on-line, a interferir com a diplomacia tradicional. Recentemente, o CEO do Facebook declarou publicamente que o governo dos EUA “representava uma ameaça à internet”. De alguma forma, o papel desses atores privados lembra o da Companhia das Índias Orientais, na Europa dos séculos XVII e XVIII: algo às vezes aliado a países rivais, às vezes indiferente a suas leis.

Para além das lutas pelo poder de modelar a internet, permanecem dois grandes eixos de progresso: de um lado, os envolvidos em desenvolver consenso dentro dos órgãos que governam a internet não são suficientemente representativos; de outro, a natureza técnica dos debates sobre a internet entrava o envolvimento da sociedade civil e a compreensão de tais questões pelos líderes políticos. O que está em jogo é nada menos do que a forma como a internet será politicamente organizada. ●

Julien Nocetti é pesquisador do Instituto Francês para Relações Internacionais, de Paris

Imobilidade carioca

JOÃO MAURO SENISE

Pesquisa noticiada há pouco pelo GLOBO mostrou algo inimaginável há alguns anos: que o carioca já demora mais tempo que o paulistano no trajeto entre a casa e o trabalho. Aqui, em média, gastamos uma hora e 34 minutos no trânsito, enquanto lá o suplício fica um pouco atrás, em uma hora e 31 minutos. Mas há algumas razões para que tenhamos assumido essa indesejada liderança: enquanto São Paulo, a maior e mais complexa metrópole do país, investiu pesado na expansão da rede de trens e metrô nos últimos anos, o Rio praticamente nada fez na área.

Com décadas de atraso, o governo do estado constrói o que chama de “Linha 4” do metrô, que, na realidade, não passa de um prolongamento da atual Linha 1, que liga a Tijuca a Ipanema. Ou seja, em vez de se criar uma nova rota no sistema, esse “linhão” deverá receber um acréscimo diário superior a 300 mil passageiros, piorando a superlotação hoje observada em muitos horários, mesmo fora do pico.

No dia em que Sérgio Cabral passou o comando do governo para seu então vice, Luiz Fernando Pezão, foi publicada no Diário Oficial a licitação para a verdadeira Linha 4, ligando a Gávea ao Centro, passando por Jardim Botânico, Humaitá e Laranjeiras. Apesar disso, não há sequer previsão para o início da obra. Outra saída proposta para a melhoria na mobilidade dos cidadãos é a transformação dos trens, administrados precariamente pela SuperVia, em metrô de superfície. A medida beneficiaria milhões de passageiros da Região Metropolitana, mas o problema (e a solução) parece fora do interesse imediato das autoridades. Em outro front, a prefeitura, erroneamente, aposta todas as suas fichas nos BRTs, corredores expressos de ônibus. O sistema é um pouco melhor do que o ônibus convencional, mas não chega perto da capacidade de um transporte de massa como o metrô. Essa aposta é claramente equivocada quando se observa o chamado lote Zero da TransOeste, ligando o terminal Alvorada ao Jardim Oceânico, na Barra. Tal ligação, para assegurar maior eficácia, deveria, necessariamente, ser via metrô.

Seria bom os técnicos da prefeitura olharem o exemplo de Curitiba, onde o BRT foi inventado. Lá, os planejadores da cidade, líderes nesta e em outras soluções inovadoras, viram que o sistema não dá mais conta do recado, e o governo está licitando a primeira linha de metrô, com contribuições da sociedade civil. E note-se que a capital do Paraná é bem menor do que o Rio!

Em 2009, quando Eduardo Paes assumiu a prefeitura, o discurso era de que a cidade seria beneficiada com o alinhamento entre os três níveis de poder, todos integrados para gerar benefícios. Na área do entendimento político, chegamos a andar perto disso, até que as ambições maiores aflorassem e pusessem por terra toda essa benéfica disposição. No que diz respeito à mobilidade urbana, então, os tais benefícios estão ainda muito distantes, sequer na medida do mais baixo nível de exigência dos cidadãos. ●

João Mauro Senise é jornalista e membro do movimento O Metrô Linha 4 que o Rio precisa